



newsletter

Nº 78 – JULHO / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 78 – JULHO/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Julho de 2013	2
O conceito de Indispensabilidade do Gasto para a Realização do Rendimento	3
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Assembleia da República - Lei n.º 35/2013, de 11 de Junho - Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho, que regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de Junho - Aprova o processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A..

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, de 14 de Junho - QREN - Estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus.

Ministério da Economia e do Emprego - Portaria n.º 203/2013, de 17 de Junho - Cria a medida Vida Activa - Emprego Qualificado, a qual visa reforçar a qualidade, a eficácia e a agilidade das respostas no âmbito das medidas activas de emprego, particularmente no que respeita à qualificação profissional.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de Junho - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, introduz um conjunto de medidas de incentivo ao investimento.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2013 de 19 de Junho - Aprova as minutas de contratos fiscais de investimento, e respectivos anexos, e de um aditamento contratual, a celebrar entre o Estado Português e várias sociedades.

Ministério da Justiça - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. - Deliberação n.º 1376-A/2013 de 28 de Junho - Actualização das taxas de propriedade industrial.

2/6

O CONCEITO DE INDISPENSABILIDADE DO GASTO PARA A REALIZAÇÃO DO RENDIMENTO

O artigo 23º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) considera como “gastos” e, como tal, aceites pela Administração Fiscal, os que comprovadamente sejam indispensáveis para a realização dos rendimentos sujeitos a imposto ou para a manutenção da fonte produtora e elenca vários exemplos (gastos relativos à produção ou aquisição de quaisquer bens ou serviços, incluindo matérias primas, mão-de-obra, energia, gastos de produção, conservação e reparação; gastos com distribuição e venda, incluindo os transportes e publicidade; gastos de natureza financeira; gastos de natureza administrativa, tais como, remunerações, ajudas de custo, rendas, contribuições para fundos de pensões, entre outros; depreciações e amortizações; perdas por imparidade; gastos da aplicação do justo valor em instrumentos financeiros; menos-valias realizadas; indemnizações resultantes de eventos cujo risco não seja segurável).

O mesmo artigo do código do IRC também enumera os gastos que não são aceites, destacando-se as despesas ilícitas (reconhece-se a quase desnecessidade de desenvolver esta questão, face à legislação penal portuguesa, embora, por curiosidade, a Lei Geral Tributária preveja a tributação de rendimentos ou actos ilícitos – artigo 10º, o que se entende, pelo facto da exclusão da tributação seria considerada um benefício fiscal ao referido acto ilícito); e os gastos com a transmissão onerosa de partes de capital (quando detidas há menos de três anos e desde que tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais; entidades sujeitas a um regime especial de tributação; ou entidades resultantes de transformação, alteração de objecto social e outras particularidades cujo detalhe aconselha a leitura do artigo).



Estando os gastos aceites e não aceites perfeitamente identificados no Código do IRC, a questão principal da presente exposição é o conceito de “indispensabilidade” do Gasto para a realização do rendimento, situação que se coloca com mais acuidade nos casos de alguns tipos de despesa que envolvem os trabalhadores das empresas (ajudas de custo; despesas de representação; deslocações e estadas; compensação pela utilização de viatura própria; entre outras).

Assim, torna-se importante que exista documentação ou informação de suporte que permita acautelar os eventuais riscos fiscais associados, destacando-se a seguinte, para os casos expostos:

- i) **Ajudas de custo** – Identificação do beneficiário e mapa de itinerário (local, data, tempo, motivo da deslocação e montante diário atribuído). Atendendo ao facto destas despesas

ORA newsletter

Nº 78 – JULHO/2013
(circulação limitada)

serem de difícil comprovação e corresponderem, muitas vezes, a verdadeiros salários dos trabalhadores, estão sujeitas a tributação autónoma à taxa de 5% (ou 15% se a empresa apresentar prejuízos fiscais), procedimento que resulta de uma norma anti abuso. Deve ser dada indicação se as ajudas de custo foram facturadas a clientes (neste caso são aceites na totalidade, mesmo sem mapa de suporte, e não estão sujeitas a tributação autónoma).

- ii) Despesas de Representação** – Deve ser colocada junto dos documentos externos o nome do colaborador que fez a despesa e o respectivo justificativo (identificando o cliente, fornecedor ou terceiro que implicou a despesa). Sujeitas a tributação autónoma à taxa de 10% (ou 20% caso a empresa tenha prejuízo fiscal nesse exercício).
- iii) Deslocações e Estadas** – Estas despesas relacionam-se com gastos de alojamento, viagem e alimentação efectuados por trabalhadores da empresa, ao serviço da mesma, fora do local de trabalho. São aceites na totalidade como custo fiscal e não estão sujeitas a tributação autónoma. Tal como nas despesas de representação recomenda-se, face ao conceito de “indispensabilidade” do gasto para realização do rendimento, que seja identificado quem efectuou a despesa e a respectiva justificação.
- iv) Compensação por deslocação em viatura própria** – Estas despesas estão sujeitas a tributação autónoma à taxa de 5% (ou 15% se a empresa apresentar prejuízos fiscais) e a sua aceitação fiscal depende da apresentação de um mapa de itinerário (beneficiário, data e local da deslocação, motivo, matrícula da viatura e montante pago por quilómetro). Conforme referido para as ajudas de custo, se estas despesas foram facturadas a clientes são aceites na totalidade mesmo que não exista mapa de suporte do gasto.

Por último, gostaríamos de salientar, sobre esta temática, algumas conclusões importantes retiradas de um Acórdão de 27 de Março de 2012, do Tribunal Central Administrativo Sul sobre o conceito de indispensabilidade de custos em termos de IRC, em que: i) considera que só não são indispensáveis “os custos que não tenham relação causal e justificada com a actividade produtiva da empresa”, isto é, a indispensabilidade, dos gastos fiscais, tem de entender-se “como referida à ligação dos custos à actividade desenvolvida pelo contribuinte”; ii) afirma que não recai sobre o contribuinte o ónus provatório da indispensabilidade dos seus custos; iii) no entanto, se a administração tributária, actuando submetida ao princípio da legalidade, fundamentadamente, despoleta a dúvida sobre a relação justificada de uma determinada despesa com a actividade do sujeito passivo, necessária e logicamente, por se encontrar mais habilitado para o efeito,



ORA newsletter

Nº 78 – JULHO/2013
(circulação limitada)

compete a este uma explicação sobre a “congruência económica” da operação, a qual não se cumpre com a alegação abstracta e conclusiva de que a despesa se insere no interesse societário e/ou da existência de relação justificada com a actividade desenvolvida, exigindo-se, sim, que o contribuinte alegue e comprove factos concretos, sindicáveis, capazes de demonstrar a realidade, veracidade, das actuações empresariais provocantes dos gastos registados, em ordem a que, entre o mais, não resulte inviabilizada a função fiscalizadora da administração tributária.

A leitura do sumário do Acórdão acima vem alertar os contribuintes para a necessidade de justificar e suportar, convenientemente, os gastos das empresas, o que, para além de uma medida útil de salvaguarda do risco de contingência fiscal, também constitui, em nossa opinião, uma forma prudente de melhorar o controlo sobre a gestão.



- Pedro Bastos -

Bibliografia:

- *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (artigos 23 e seguintes; anotações);*
- *Direcção Geral dos Impostos - Informação Vinculativa – Processo 71/08 – Ajudas de Custo / Tributação Autónoma;*
- *Paula Franco – Vida Económica – Fevereiro de 2013;*
- *Acórdão de 27 de Março de 2012, do Tribunal Central Administrativo Sul, 2º Juízo, Processo 5312/12.*

ORA newsletter

Nº 78 – JULHO/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

Realizou-se no dia 4 de Julho de 2013, na Academia das Ciências, a Sessão Pública para o Sorteio das firmas de revisão/auditoria sujeitas a controlo de qualidade em 2013/2014.



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Gostaríamos de salientar que o controlo de qualidade tem como objectivo principal a verificação da aplicação, pelos revisores oficiais de contas, das normas técnicas e directrizes de revisão/auditoria aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, não menos importante, a promoção da melhoria da qualidade, incentivando os revisores oficiais de contas a adoptarem as práticas profissionais mais adequadas.

Após a realização do controlo de qualidade devem ser expressas nos respectivos Guias, conforme se encontra explicito nos artigos 5º e 19º do Regulamento de Controlo de Qualidade da OROC, conclusões objectivas, fundamentadas e correspondentes a intervenções homogéneas, não sendo permitido ir além do necessário, nem utilizar procedimentos não aprovados pela comissão do controlo de qualidade.

No próximo número daremos informação mais pormenorizada das principais conclusões do relatório anual da Comissão de Controlo de Qualidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*